

De Afonso Henriques a Vasco da Gama: representações da história de Portugal na Exposição do Mundo Português (1940) e na Expo'98¹

Pedro Martins

Instituto de História Contemporânea (IHC)
Universidade Nova de Lisboa
• pedromartins@fcsh.unl.pt

DOI <https://doi.org/10.34913/journals/lingua-lugar.2020.e205>

¹ Gostaria de expressar os meus agradecimentos a Pedro Cerdeira, Nazaré Torrão e Alexander Keese, de quem partiu o gentil convite para o seminário que serviu de mote para este artigo, e ao Centre d'Études Lusophones, pelo trabalho na organização do seminário e pela simpatia com que me receberam a mim e aos restantes participantes. A minha tese de doutoramento, "History, Nation and Politics: The Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)", no âmbito da qual foi realizada uma parte da pesquisa utilizada neste artigo, financiada pela FCT (SFRH/BD/80398/2011).

Realizadas em épocas históricas e em contextos políticos totalmente diferentes, a Exposição do Mundo Português de 1940 e a Expo'98 tiveram como denominador comum a comemoração da relação dos portugueses com o mar, nomeadamente a partir da sua expansão marítima dos séculos XV e XVI. Do Pavilhão dos Descobrimentos à Ponte Vasco da Gama, vários elementos destas duas exposições remeteram para um período histórico visto como digno de lembrança e orgulho pela nação. Apesar destas semelhanças temáticas, a representação da história portuguesa foi substancialmente diferente nos dois eventos, considerando a sua diferente natureza, contextos históricos e regimes políticos que os enquadraram.

Este artigo fará um exercício comparativo em torno das representações da história de Portugal na Exposição do Mundo Português de 1940 e na Expo'98. Serão analisados discursos oficiais produzidos no âmbito das duas exposições, bem como elementos visuais e performáticos (arquitetura dos pavilhões, encenações e espetáculos). A partir desta análise, será demonstrado como um discurso essencialista sobre a nacionalidade portuguesa, remetendo para uma suposta vocação universalista consagrada no período da expansão ultramarina, foi bem patente em ambas as exposições, não obstante o seu diferente carácter e os contextos históricos distintos em que estas se realizaram.

Palavras-chave: Exposições; memória histórica; expansão marítima; nacionalismo.

Organisadas lors d'époques historiques et de contextes politiques différents, l'Exposition du Monde Portugais, en 1940, et l'Expo'98 ont eu pour dénominateur commun la commémoration du rapport des Portugais à la mer, notamment à partir de leur expansion maritime aux XVe et XVIe siècles. Du Pavillon des Découvertes au Pont Vasco de Gama, plusieurs éléments de ces deux expositions se référaient à une période historique digne de mémoire et source de fierté pour la nation. Malgré ces similitudes thématiques, la représentation de l'histoire portugaise a été sensiblement différente lors des deux événements, compte tenu de leur nature distincte, des contextes historiques et des régimes politiques qui les ont encadrées.

Cet article fera une analyse comparative des représentations de l'histoire du Portugal à l'Exposition du Monde Portugais de 1940 et à l'EXPO'98. Les discours officiels produits dans le cadre des deux expositions seront analysés, ainsi que les éléments visuels et de performances (architecture des pavillons, mises en scène et spectacles). À partir de cette analyse, nous démontrerons comment un discours essentialiste sur la nationalité portugaise (renvoyant à une vocation supposée universaliste, consacrée à la période de l'expansion d'outre-mer), était clairement évident dans les deux expositions, malgré leur caractère différent et les contextes historiques dans lesquels elles se sont déroulées.

Mots-clefs: Expositions; mémoire historique; expansion maritime; nationalisme.

Num artigo de opinião publicado no jornal on-line *Observador* em agosto de 2018, o reputado historiador da expansão marítima portuguesa Luís Filipe Thomaz afirmava, a propósito da recente polémica em torno do chamado "Museu das Descobertas": "[os Descobrimientos] não inauguraram (...) o Paraíso na Terra; mas deram origem ao mundo moderno tal como o temos, com os defeitos e virtudes inerentes a toda a construção humana." (Thomaz, 2018). A afirmação de Thomaz é sintomática da forma como a expansão ultramarina tem sido sistematicamente representada no espaço mediático por várias figuras do meio intelectual e político português. Empreendimento entendido como pioneiro da modernidade e da chamada "aldeia global", esta tem tido um lugar proeminente nos debates sobre a história nacional, em particular sobre o legado colonial português (Marques, 1991; Ramos, 1997; Matos, 1998).

Os discursos em torno da modernidade da expansão marítima têm sido uma constante na esfera pública portuguesa pelo menos desde o final do século XIX. Estavam já presentes de forma destacada nas comemorações do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique em 1894, do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia em 1898 e do quinto centenário da conquista de Ceuta em 1915 (João, 2002, pp. 66-71, 77-79, e 644-645). Mais tarde, aquando do chamado “Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal” em 1940, assumiram um especial protagonismo graças a eventos como o Congresso do Mundo Português e, mais visivelmente, a Exposição do Mundo Português (Ó, 1987, pp. 177-185; Acciaiuoli, 1998, pp. 107-148). Ao longo do século XX, manteriam a sua relevância noutros ciclos comemorativos, como o quinto centenário da morte do Infante D. Henrique (1960) e o que levou à formação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1986-2002). No contexto deste último ciclo comemorativo, foi realizada a Expo’98, exposição mundial aprovada pelo Bureau International des Expositions e que assinalou os 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia.

Este artigo debruçar-se-á sobre as duas exposições atrás mencionadas – a Exposição do Mundo Português de 1940 e a Expo’98. O objetivo será perceber como foi a história de Portugal – com destaque para o período associado à expansão ultramarina, ou seja, os séculos XV e XVI – representada nestes dois eventos. A comparação entre as duas exposições é um tema que não tem merecido a devida atenção no contexto académico português. Se exceptuarmos a intervenção de Jorge Ramos do Ó no colóquio internacional “Em tempo de Expo há outras histórias para contar” (Ó, 1998) e o estudo de Aquilino Machado sobre a utilização dos espaços públicos em ambas as exposições (Machado, 2006), podemos dizer que a abordagem do tema se tem revelado praticamente inexistente. Mesmo estes dois estudos acabam por abordar pouco as representações da história nacional, focando-se mais em aspetos de cariz ideológico ou urbanístico.

Assim sendo, este artigo fará uma análise de conteúdo dos discursos produzidos pelos mentores e organizadores dos dois eventos, bem como por atores políticos, historiadores e outras figuras de relevância mediática que neles estiveram envolvidos ou que sobre eles teceram comentários na imprensa. Por outro lado, proceder-se-á a uma identificação e respetivo enquadramento das ideias, temas, figuras e símbolos relativos à história de Portugal representados em ambas as exposições. De modo a atingir estes objetivos, um conjunto de fontes foram analisadas, que vão desde

documentos preparatórios e textos presentes nos guias e outras obras oficiais até intervenções e discursos proferidos oralmente e transcritos em várias publicações, bem como artigos, crónicas e anúncios publicados na imprensa generalista e especializada de então.

Este exercício comparativo será obviamente limitado pela reduzida componente teórica e pelo escasso número de fontes analisadas. Ainda assim, ele poderá valer como uma primeira aproximação ao tema, num momento em que vários aspetos da história portuguesa, e em particular a expansão marítima, são objeto de acesos debates e tentativas de instrumentalização política.

1998 e 1940: duas exposições definidoras da “portugalidade”

Separadas por mais de cinquenta anos, a Expo’98 e a Exposição do Mundo Português foram apresentadas aos portugueses e ao mundo como representativas de um “retomar” na história nacional. “Retomar” ao nível simbólico e memorialístico, mas também a um nível material.

Decorridos vinte e quatro anos da revolução de 1974, vinte e três do final do processo de descolonização (com exceção da cidade de Macau, que seria devolvida à China apenas em 1999) e doze da adesão à Comunidade Económica Europeia (então já chamada União Europeia), a Expo’98, realizada entre 22 de maio e 30 de setembro de 1998, representou um momento de consagração do regime democrático português e das suas realizações ao nível da integração europeia. Portugal, visto pelas suas elites políticas como uma nação vergada ao atavismo cultural e material por mais de quarenta anos de ditadura, representava-se agora como um país livre, desenvolvido e moderno, plenamente integrado na Europa e nas suas recentes aspirações (caso da moeda única, o Euro, que entraria em vigor nos mercados financeiros no ano seguinte). Fora em grande medida graças a este desenvolvimento que o país ganhara a candidatura apresentada ao Bureau International de Expositions em 1990 para realizar em Lisboa uma exposição mundial herdeira dos grandes eventos que a antecederam (Daejeon, Coreia do Sul, 1993; Sevilha, Espanha, 1992). Concebida com o pretexto de assinalar o quinto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, a exposição tinha como tema “Os Oceanos, Um Património para o Futuro”. O espaço escolhido situava-se na zona oriental da cidade, em torno da Doca dos Olivais, uma zona degradada, mas que, graças à exposição, se viria a tornar num paradigma de modernidade urbanística ao nível nacional (Viegas, 2004; Velez, 2008). A Estação do Oriente, concebida pelo arquiteto espanhol

Santiago Calatrava para servir de plataforma multimodal de transportes para a exposição e para a cidade de Lisboa, era bem o exemplo dessa modernidade, simbolicamente remetendo também para as “viagens” empreendidas pelos portugueses nos séculos XV e XVI. A Expo’98 contaria com um total de cerca de 11 milhões de visitantes, um pouco abaixo das previsões iniciais.

A Exposição do Mundo Português realizou-se entre 23 de junho e 2 de dezembro de 1940 num contexto profundamente diferente a nível nacional e internacional. Decorridos catorze anos de ditadura e sete da promulgação da constituição do Estado Novo, este evento era apresentado aos portugueses como um triunfo do novo regime. Equilibradas as contas públicas, eliminada a oposição política e inaugurada a chamada “era de realizações”, era urgente comemorar os feitos do passado e do presente, estabelecendo uma continuidade histórica entre os portugueses de ontem e os portugueses de então. Foi assim que surgiu a ideia de realizar um “Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade”, assinalando assim duas épocas históricas consagradas na memória nacional e representando-as como momentos antecessores do Estado Novo, verdadeiro “restaurador” da grandeza nacional entretanto perdida por décadas de conturbação política, económica e social (Acciaiuoli, 1998, p. 107). No contexto deste duplo centenário, a Exposição do Mundo Português simbolizaria a materialização destes valores de ressurreição nacional, assumindo-se como uma mostra da história portuguesa e, em específico, do império ultramarino criado pelos portugueses. Tal como sucederia com a Expo’98, a escolha do local recaiu sobre um espaço junto ao rio Tejo, neste caso a zona de Belém em frente ao Mosteiro dos Jerónimos e junto à Torre de Belém, já então consagrada como “lugar de memória” nacional por excelência associado ao império português (Nora, 1984 pp. xv-xlvi; Peralta, 2017, pp. 66-67) mas que, com a exposição, viria a ser alvo de uma profunda remodelação que lhe conferiria, em larga medida, o seu aspeto atual. O diálogo com o Mosteiro dos Jerónimos, considerado o expoente máximo do “génio” artístico português e, em particular, da arte manuelina – o estilo mais fortemente associado à expansão ultramarina dos séculos XV e XVI –, era notório e foi particularmente enfatizado nos discursos e na imagética da Exposição do Mundo Português. De forma semelhante ao que sucedeu em 1998, a exposição foi acompanhada da construção e inauguração de um conjunto de equipamentos e melhoramentos na cidade de Lisboa, demonstrando assim a capacidade realizadora do regime (Ó, 1998, pp. 247-248). De salientar também que, embora obviamente escapando às previsões dos seus organizadores, a Exposição Mundo Português acabaria por realizar-se já em

pleno período da Segunda Guerra Mundial, dando-se a sua inauguração oficial pela mesma altura em que a França era ocupada pela Alemanha nazi. Embora tal conjuntura tenha porventura prejudicado o sucesso do evento em termos de número de visitantes (pouco mais de 3 milhões), por outro lado terá contribuído para difundir a ideia de Portugal como uma espécie de “oásis” numa Europa dividida e devastada por conflitos.

Podemos assim dizer que, apesar de separadas temporalmente e organizadas em contextos históricos e com propósitos profundamente diferentes, a Expo’98 e a Exposição do Mundo Português de 1940 apresentaram alguns denominadores comuns. Em primeiro lugar, ambas as exposições foram concebidas e realizadas em momentos de consolidação dos regimes políticos que as patrocinaram, servindo como importantes veículos de propaganda dos mesmos. Apresentados aos portugueses como símbolos do progresso e da modernidade, os dois eventos foram organizados para serem importantes momentos de identificação e de orgulho nacionais. Em segundo lugar – e é aqui que residirá o enfoque deste artigo – ambas as exposições atribuíram um papel fundamental à temática marítima, relacionando-a com o período da expansão portuguesa. A esta temática não foi obviamente alheia a escolha de dois espaços ribeirinhos que se tornariam paradigmas da arquitetura e do urbanismo das suas respetivas épocas.

Os discursos

O primeiro elemento comum observável nos discursos produzidos no contexto das duas exposições é a representação da expansão marítima como elemento identitário definidor da história nacional. Como refere Jorge Ramos do Ó, “a ideia de que os descobrimentos são aquilo que há de mais residual” na identidade coletiva portuguesa ficou bem expressa na Exposição do Mundo Português (Ó, 1998, p. 247). Logo no discurso inaugural, proferido a 23 de junho de 1940, o Comissário-Geral Augusto de Castro referia-se à zona onde a exposição foi realizada (Belém) como o sítio onde “Portugal se encontrou a si próprio” e “encontrou o seu destino universal” (Castro, 1940, p. 62). A mesma ideia foi transposta para o contexto da Expo’98. Também no discurso inaugural, proferido a 21 de maio, o Presidente da República Jorge Sampaio afirmava que Portugal havia feito “do mar a via para se encontrar consigo, com os outros, com o Mundo” (Sampaio, 1999, p. 45). Em ambos os casos, está patente a ideia que foi através da expansão marítima que Portugal se autodefiniu como nação, sendo por isso este processo indissociável da própria identidade portuguesa.

Há, porém, uma distinção importante nos discursos produzidos no âmbito das duas exposições, decorrente do diferente contexto histórico em que foram realizadas. Se, no caso da Exposição do Mundo Português, Portugal era ainda uma nação imperial, possuindo territórios em África, na Ásia e na Oceânia, no caso da Expo'98 era já uma nação pós-colonial, praticamente sem império (com exceção de Macau). Daí que os discursos sobre a expansão marítima assumam, no primeiro caso, uma feição explicitamente colonialista ou imperial e, no segundo caso, uma feição mais cosmopolita ou dialogante. Assim sendo, se na Exposição do Mundo Português os povos “descobertos” e “colonizados” são representados como objetos da “ação civilizadora” dos portugueses, no caso da Expo'98 eles são já entendidos como iguais, com os quais os portugueses partilharam produtos e influências culturais. A primeira ideia está bem explícita na nota oficiosa divulgada pela Presidência do Conselho de Ministros em março de 1938 onde Salazar afirma que o objetivo da Exposição do Mundo Português é “apresentar uma síntese” da “ação civilizadora” dos portugueses e “mostrar (...) todas as pegadas e vestígios de Portugal no Globo” (Salazar, 1938, p. 8). A segunda ideia pode ser observada no Relatório do Grupo de Trabalho para a Exposição Internacional de Lisboa presidido por António Mega Ferreira produzido em dezembro de 1990, onde a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama é descrita como uma “aventura de conhecimento e de encontro de culturas” que “abriu as portas” da Europa “à penetração e difusão de hábitos, costumes, formas culturais e produtos que desde há muito constituíam património de civilizações ignoradas ou mal conhecidas” (*Documentos para a História da Expo'98*, 1999, p. 69). Também um panfleto de divulgação publicado em português e em inglês pelo Comissariado da Expo'98 em 1994, intitulado *A Última Exposição do Século XX. The Last Exposition of the 20th Century*, descrevia a Lisboa quinhentista como uma “cidade aberta ao mundo, cosmopolita”, onde “se cruzavam todas as raças, culturas e hábitos. Gente de todos os continentes. De todos os oceanos”, herança essa que teria perdurado até ao presente (*A Última Exposição*, 1994, p. 4).

Ligado a este primeiro, o segundo elemento comum aos discursos das duas exposições é a clara valorização do período comumente associado à expansão marítima – isto é, os séculos XV e XVI – em detrimento de outras épocas da história nacional como a Idade Média, o período da Restauração (Andrade, 2001, p. 284) ou os séculos XVIII e XIX. Este aspeto é observável, por exemplo, nas duas publicações promovidas no âmbito da organização dos dois eventos: no caso da Exposição do Mundo Português, a *Revista dos Centenários*, publicada entre janeiro

de 1939 e dezembro de 1940 por iniciativa da Comissão Nacional dos Centenários; no caso da Expo'98, a revista *Oceanos*, publicada entre 1989 e 2002 sob a direção inicial dos mentores da candidatura de Portugal à organização da exposição António Mega Ferreira (também comissário executivo da Expo'98) e Vasco Graça Moura, e posteriormente dos historiadores António Manuel Hespanha e Joaquim Romero Magalhães. Porém, também aqui podemos encontrar diferenças substanciais entre os discursos produzidos nos dois eventos.

No caso da Exposição do Mundo Português, o período medieval retém alguma importância devido ao facto de 1140 ser uma data celebrada no duplo centenário. Os dois pavilhões integralmente dedicados à primeira dinastia (séculos XII a XIV) – o da “Fundação” e o da “Formação e Conquista” – exemplificam bem o relevo que os organizadores quiseram dar a esta época histórica. Ainda assim, a Idade Média é representada sobretudo como uma espécie de prólogo para o período da expansão marítima e o subsequente Portugal ultramarino. Um exemplo desta mesma ideia pode ser encontrado na obra produzida pela Secção de Propaganda e Receção da Comissão Executiva dos Centenários intitulada *Portugal: Oito Séculos de História*, na qual D. Dinis é descrito como “um rei poeta e sábio” que “semeou um pinhal tão grande como a impaciência dos portugueses em desvendar os profundos mistérios do Atlântico” (*Portugal: Oito Séculos de História*, 1940, p. 4). O mesmo livro veicula também a ideia, presente em várias obras historiográficas e manuais escolares patrocinados pelo Estado Novo (Matos, 1990, pp. 145-146; Marques, 1991, p. 24; Ramos, 1997, p. 325), de que a expansão da fé cristã, iniciada pela Reconquista, teria sido o principal elemento mobilizador da expansão ultramarina (*Portugal: Oito Séculos de História*, p. 3). A Exposição dedicava ainda algumas salas à crise de 1383-85, ao período da Restauração (1640-1668) e às invasões francesas (1807-1811), designadamente no chamado “Pavilhão da Independência”, cujo tema eram as guerras pela “independência nacional” (*Guia da Exposição do Mundo Português*, 1940). Como refere Jorge Ramos do Ó, o Estado Novo foi o primeiro regime em Portugal “a compreender que a identidade dos portugueses” só podia “ser percebida a partir da sua relação com o passado”. Porém, esta busca pelas “origens” da nacionalidade não deveria assumir um carácter histórico, de recolha de documentos, factos ou testemunhos do passado, mas sim o “de uma lembrança simbólica dos momentos mais importantes dessa História”. Daí a Exposição do Mundo Português estar organizada em pavilhões que remetiam para datas ou momentos-chave da história nacional (Ó, 1998, pp. 246-247).

Se na Exposição do Mundo Português ainda conseguimos encontrar referências a outros períodos da história nacional, na Expo'98 estas são, como seria expectável, praticamente insignificantes. Na verdade, desde a sua conceção que a exposição tinha claramente um enfoque no período da expansão marítima. Na carta escrita ao Ministro Adjunto e da Juventude António Fernando Couto dos Santos em 13 de agosto de 1990, António Mega Ferreira afirmava que a Expo'98 deveria ter como uma das linhas de força a evocação do “papel histórico dos Portugueses na abertura dos oceanos, no seu aproveitamento para estimular o comércio à escala planetária, na sua utilização como meio de comunicação entre povos e culturas” (*Documentos para a História da Expo'98*, 1999, p. 62). A representação da expansão ultramarina como uma demonstração do engenho, inovação e modernidade dos portugueses estava também patente num anúncio à recém-inaugurada Estação do Oriente publicado no suplemento *Economia e Negócios* do jornal *Expresso* dois dias depois da inauguração da exposição. De acordo com o anúncio, a estação fora construída com “o mesmo sentido de rigor técnico, de inovação e dinamismo” que animara a viagem de Vasco da Gama em 1498 (“500 anos unidos pelo mesmo espírito”, 1998, p. 7). Nas publicações oficiais da Expo'98, as referências a outras épocas históricas são praticamente inexistentes. Num texto inserido na obra de divulgação *Portugal and the Atlantic. Portugal et l'Atlantique* (1996), a historiadora Catarina Madeira Santos, por exemplo, referia que, apesar das suas antigas fronteiras, até à expansão marítima, Portugal era um “pequeno reino europeu”, tendo sido apenas a partir do século XV que começou a ter repercussões numa escala europeia e global (Santos, 1996, p. 9). É de ressaltar também que na própria exposição, os pavilhões nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) não incluíam quaisquer referências negativas ao domínio colonial português, facto salientado por um artigo do *Expresso* de 6 de junho de 1998. De acordo com a historiadora Isabel Castro Henriques, entrevistada pelo jornal, esta aparente omissão explicar-se-ia pela “capacidade” que estes “novos países” teriam de ter ultrapassado “ressentimentos pelo passado colonial” (“Expo 7 Dias”, 1998, pp. 18-19).

O claro enfoque conferido ao período da expansão ultramarina nas duas exposições traduziu-se, em várias situações, na representação de Portugal como nação de pretensa vocação universalista. Esta ideia de excecionalidade histórica, resultado de uma construção imagética secular (Peralta, 2017, p. 27), pode, por exemplo, ser encontrada no texto de Augusto de Castro publicado em vários jornais nacionais a 3 de fevereiro de 1939, um ano antes da inauguração da Exposição do Mundo Português.

De acordo com o Comissário-Geral, a “civilização portuguesa” seria “muito mais universal que nacional” e o “génio” português um “génio de irradiação”, gerador de um “cosmopolitismo criador” (Castro, 1940, p. 19). Já no contexto da Expo’98, no referido discurso inaugural, Jorge Sampaio referir-se-ia ao “universalismo” como a característica que melhor definiria a história e a cultura nacionais (Sampaio, 1999, p. 46).

Ainda assim, podemos dizer que na exposição de 1998 houve pelo menos uma tentativa de superar eventuais discursos messiânicos ou saudosistas sobre a identidade nacional. Numa intervenção realizada a 7 de fevereiro de 1991 na Sociedade de Geografia de Lisboa dedicada ao tema “Expo’98: Onde/ Como?”, Jorge Sampaio, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, alertava para os “casamentos trágicos” entre a história e a “propaganda e a ideologia de exaltação nacionalista”, naquilo que era uma referência clara à Exposição do Mundo Português e às comemorações estado-novistas no geral. Para o presidente do município, a Expo’98 deveria ficar para a história como uma exposição voltada para o futuro e não para o passado, recordando fatores de identidade nacional como o “cosmopolitismo” e não as “ilusões e desilusões do Quinto Império” (*Documentos para a História da Expo’98*, 1999, p. 145). Uma visão semelhante era partilhada pelo historiador José Mattoso num artigo publicado no jornal *Público* pouco mais de uma semana antes da inauguração da exposição, onde este assinalava o facto de a representação da história nacional na Expo’98 acentuar o papel de Portugal como “dinamizador da comunicação mundial ou como mediano das boas relações entre os povos” (Mattoso, 1998, p. 30). A necessidade de romper com as representações estado-novistas do passado nacional era também salientada numa crónica publicada pelo diretor-adjunto do referido jornal José Manuel Fernandes no dia inaugural da Expo’98. De acordo com o autor, enquanto a Exposição do Mundo Português fora uma “celebração das glórias passadas para acomodar misérias presentes”, a exposição mundial de Lisboa deveria ser uma celebração do presente, sem esquecer os heróis do passado (Fernandes, 1998, p. 3). Como refere Elsa Peralta, o objetivo da Expo’98 passava por divulgar “estrategicamente a imagem de um país moderno e progressista, um país longe de estar preso no seu próprio passado, mas sim um país que se concebe agora como ‘essencialmente’ expansionista, moderno e empreendedor” (Peralta, 2017, p. 159).

A eventual opção por um certo presentismo por parte dos organizadores da Expo não ficou, no entanto, isenta de críticas. Numa crónica publicada no jornal *Diário de Notícias* no dia do encerramento da exposição, 30 de setembro de 1998, o escritor Vasco Graça Moura questionava-se

se o mesmo teria sido um sucesso do ponto de vista “comemorativo”. Para Graça Moura, ao contrário da Exposição Universal de Sevilha de 1992 que conferira uma importância significativa à figura de Colombo e à “construção da realidade ibero-americana”, a Expo’98 basicamente ignorara a história nacional, excetuando “alguns batismos de circunstância, como o nome da ponte [Vasco da Gama]” (Moura, 1998, p. 23).

As representações da história nacional veiculadas pela exposição de 1998 valeriam também ataques no sentido inverso. A 9 de maio, poucas semanas antes da inauguração do evento, a associação SOS Racismo denunciava a exploração de mão-de-obra africana na construção da Expo’98 e caracterizava este evento como um “projeto político mais do que duvidoso”, de “enaltecimento, cego, acrítico e saudosista da memória histórica e cultural dos portugueses” (“SOS Racismo contra a Expo, 1998”, p. 19). Já a 4 de julho, com a exposição em pleno andamento, a SOS Racismo e a associação cultural Abril em Maio organizavam no edifício dos Banhos de São Paulo o colóquio internacional “Em tempo de Expo há outras histórias para contar”. Numa das sessões, intitulada “Os Dourados da História”, várias figuras do meio intelectual e académico português como a tradutora e jornalista Ana Barradas, o antropólogo Miguel Vale de Almeida e o historiador Jorge Ramos do Ó questionaram a forma como a Expo’98 perpetuava alguns dos mitos em torno da expansão marítima e do colonialismo português (Barradas, 1998; Almeida, 1998; Ó, 1998).

A arquitetura, os espetáculos e a toponímia

Também na arquitetura das duas exposições podemos encontrar diferentes maneiras de representar a história nacional, apesar dos elementos comuns que remetem sobretudo para o período da expansão ultramarina. Nos pavilhões da Exposição do Mundo Português podemos observar uma combinação de formas modernistas com motivos de cariz historicista. Arcos românicos e góticos, espadas, padrões, cordames manuelinos e símbolos nacionais como o brasão de Portugal ou a cruz da Ordem de Cristo eram bem visíveis na arquitetura desta exposição. Um bom exemplo desta conceção historicista era o Pavilhão da Fundação, concebido pelo arquiteto Raul Rodrigues de Lima, cujo exterior era descrito num artigo do *Diário de Notícias* como “uma estilização felicíssima duma fortaleza medieval” (Comemorações Centenárias, 1940, p. 1). Também o Pavilhão de Honra e de Lisboa, desenhado por Luís Cristino da Silva e considerado unanimemente como o ponto alto da exposição, continha referências visuais claras a edifícios lisboetas quinhentistas como a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos ou a Casa dos Bicos (Pamplona, 1940, p. 172).

Como refere Elsa Peralta, a Exposição do Mundo Português constituiu “um autêntico parque museológico de cariz historicista” (Peralta, 2017, p. 85).



imagem 1

O Pavilhão da Fundação e a Porta da Fundação, na Exposição do Mundo Português. Foto de Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico (PT/AMLSB/EDP/001558)



imagem 2

O Pavilhão de Honra e de Lisboa, na Exposição do Mundo Português. Foto de Casimiro dos Santos Vinagre. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (CFT178 123.ic)

Já no caso da Expo'98, as formas e motivos historicistas nos pavilhões apareciam geralmente de uma forma disfarçada, sendo a exposição dominada sobretudo pela arquitetura pós-moderna. Por exemplo, a cobertura da Estação do Oriente continha referências à arquitetura gótica, pelo uso de formas ogivais (Oliveira, 1998, p. 14). Também o teto em madeira do célebre Pavilhão da Utopia, cujo exterior aparentemente não remetia para qualquer contexto histórico, era descrito pelo próprio arquiteto Regino Cruz como o “cavername de uma caravela gigante, de quilha para o céu” (Cruz, 1998, p. 65). Por seu lado, a Torre Vasco da Gama, da autoria de Nick Jacobs e Leonor Janeiro, apesar do seu aspeto moderno, lembrava a forma de um navio. Porventura a única exceção entre os pavilhões era o Pavilhão de Macau, cuja fachada reproduzia de forma mais ou menos fiel, mas em escala menor, a da Igreja de São Paulo, situada nesta mesma cidade.



imagem 3

A Estação do Oriente, Lisboa.
Foto de Martin de Lusenet,
4 de novembro de 2014.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org>



imagem 4

A cobertura em madeira do
Pavilhão da Utopia (atual Altice Arena).
Fonte: <https://www.reginocruz.com>



imagem 5

A Torre Vasco da Gama, Lisboa.

Foto de António ML Cabral,

18 de maio de 2005.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org>

Relativamente a encenações históricas e espetáculos, as duas exposições diferiram também nalguns aspetos, apesar de, novamente, haver uma clara preferência em relação às temáticas da expansão marítima.

No caso da Exposição do Mundo Português, o grande espetáculo ou encenação foi o Cortejo Histórico do Mundo Português, realizado no dia 30 de junho de 1940, uma semana decorrida da inauguração da exposição. O cortejo consistia num desfile de mais de três mil atores e figurantes representando figuras marcantes da história nacional, da Idade Média ao tempo presente, bem como regiões da metrópole e partes do império colonial português. Em destaque na parte histórica do cortejo estavam reis como Afonso Henriques, D. João I, D. João II ou D. Manuel I, príncipes como o Infante D. Henrique, navegadores como Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral e outros heróis consagrados na memória nacional como Nuno Álvares Pereira. Os mentores e organizadores do cortejo conceberam-no como o ponto alto ou a “apoteose da Exposição” – como referia Salazar na nota oficiosa de 1938 (Salazar, 1938, p. 10) –, visando produzir uma impressão viva aos olhos dos seus espetadores. Como referia Henrique Galvão, responsável da Comissão Nacional dos Centenários de 1940 pelas festas e cortejos, pretendia-se “que no coração das multidões que assistissem à sua passagem, se formasse, ao vê-lo, a impressão durável de que estava assistindo ao desfile de Portugal, tal como Portugal desfilou na longa caminhada de oito séculos de História: um álbum de imagens capaz de encantar olhos namorados e de comover corações orgulhosos da sua estirpe” (Galvão, 1940, p. 27). Um apelo aos

sentidos, visando simultaneamente o rigor histórico, numa “obra de arte total” que, à semelhança dos cortejos organizados por outros regimes autoritários coevos (Schweizer, 2007, p. 28), despertasse nas pessoas os sentimentos mais profundos de identificação com o passado nacional.



imagem 6

O Cortejo Histórico do Mundo Português, realizado a 30 de junho de 1940 no contexto da Exposição do Mundo Português. Fotografia de Horácio Novais. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (CFT164.1193)

Em 1998, as encenações e espetáculos remetiam já para um imaginário completamente diferente. O enfoque era agora, em vez da história nacional como um todo, o período da expansão ultramarina dos séculos XV e XVI, concretamente o imaginário literário, fantástico e exótico associado às navegações. Destacavam-se dois espetáculos, que eram representados diariamente no recinto da Expo'98: os “Olharapos” e a “Peregrinação”. Os “Olharapos” eram máscaras-figuras gigantes representando, de acordo com a descrição do *Guia de Espectáculos* da exposição, “seres fabulosos (...) fruto da invenção de cartógrafos (...) apresentados nas narrativas de navegadores e cronistas” (*Guia de Espectáculos*, 1998). Já a “Peregrinação” (numa referência à obra homónima de Fernão Mendes Pinto), da autoria de João Brites e coordenada pelo grupo de teatro “O Bando”, consistia num desfile em percurso definido de trinta e três engenhos, designados como “máquinas de peregrinar” e “peregrimáveis”, acompanhados por um “rinoceronte artificial” situado no Mar da Palha (*Guia de Espectáculos*, 1998). De acordo com o Relatório Final do espetáculo, as “máquinas de peregrinar” evocariam “naus absurdas” que se deslocariam pelo recinto “representando cenas peregrinas (quadros cénicos)”, constituindo, nas palavras de Fernando Arnedo Casaca, uma espécie de metáfora da própria Expo'98 e da sua

modernidade inerente (Casaca, 2004, pp. 107-108). Podemos assim dizer que, ao contrário do Cortejo do Mundo Português, os espetáculos e encenações da Expo'98 possuíam assim uma dimensão mais onírica que historicista, e mais universalista que nacionalista, remetendo antes para um imaginário fantástico e exótico associado à expansão portuguesa.



imagem 7

O “rinoceronte” do Mar da Palha, parte integrante do espetáculo “Peregrinação”, realizado para a Expo’98. Fotografia de Carlos Didelet, 3 de junho de 1998. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico (PT/AMLSB/PAE/GFOT/01/146/054727)

Por fim, uma referência à toponímia das duas exposições. No caso da Exposição do Mundo Português, os diversos pavilhões e espaços remetiam para várias fases da história nacional (vide os pavilhões da Fundação, da Formação e Conquista, e da Independência), havendo, contudo, um claro enfoque na expansão marítima e no império colonial. Exemplos disso são os pavilhões dos Descobrimentos, da Colonização e dos Portugueses no Mundo, a Esfera e o Padrão dos Descobrimentos, a Nau Portugal e a Praça do Império – juntamente com o Mosteiro dos Jerónimos, o “ponto focal da Exposição” (Peralta, 2017, p. 83). No caso da Expo’98, as referências à história nacional podiam ser encontradas em várias ruas e lugares, tendo novamente a expansão ultramarina uma predominância clara, como o demonstram os nomes das principais vias (a Avenida D. João II, o Largo Bartolomeu Dias, a Rua do Bojador), espaços, estruturas e edifícios (os Jardins Garcia de Orta, a Ponte e a Torre Vasco da Gama, a Gare do Oriente, o Teatro Camões, etc.). Como afirma Elsa Peralta, “tal como na Exposição do Mundo Português de 1940, a monumentalidade da Expo’98, (...) toda a ‘poética’ do espaço (com teatros, pontes, escolas e ruas, batizados com nomes tirados do tema dos Descobrimentos) – tudo isto opera para estabelecer uma forte intimidade com o império, favorecida por uma memória inerte, e incorporada na própria experiência do espaço” (Peralta, 2017, p. 159).

1940 e 1998: continuidades e ruturas na representação da história nacional

Neste artigo pudemos observar como a Exposição do Mundo Português de 1940 e a Expo'98 veicularam semelhanças e diferenças na forma de representar a história nacional. Se atendermos aos discursos, arquitetura, encenações, espetáculos e toponímia das duas exposições, é possível encontrar diversos elementos que remetem para o passado português, particularmente para a época identificada com a expansão marítima, ou seja, os séculos XV e XVI.

O elemento de continuidade que mais salta à vista é, porventura, a tentativa de conferir um sentido universalista à história nacional. Os portugueses, povo alegadamente talhado para o contacto com outros povos, teriam como espécie de “missão histórica” abrir os horizontes da Europa ao resto do mundo e vice-versa. Esta ideia prevaleceu nos discursos públicos produzidos no período intermediado pelos dois eventos e tem-se mantido em larga medida até aos dias de hoje, como podemos observar nos recentes debates em torno do “Museu das Descobertas”. A ideia de que a expansão ultramarina portuguesa inaugurou uma nova era na história universal tem, não poucas vezes, sido instrumentalizada não só para ocultar alguns dos aspetos mais violentos de que se revestiu o colonialismo português desde a sua génese mas também para criar um efeito agregador em torno do passado nacional.

Não obstante estes elementos de continuidade, é importante salientar também que as representações da história de Portugal veiculadas pela Exposição do Mundo Português e pela Expo'98 foram substancialmente diferentes. Mercê das diferenças não apenas na conjuntura histórica em que foram realizados mas também na natureza e na própria temática dos dois eventos, estas representações divergiram substancialmente no que toca à presença de elementos visuais de cariz historicista e à narração do colonialismo português. Se na Exposição do Mundo Português estes elementos estavam bem presentes e o colonialismo era representado abertamente de forma apoteótica, na Expo'98 estes encontravam-se bem mais diluídos, com as referências coloniais inscritas num imaginário aparentemente neutral e de “encontro” entre iguais.

Será aqui relevante questionarmo-nos até que ponto esta versão sanitizada da expansão ou do colonialismo portugueses não é em grande medida reflexo de uma memória pública que se instaurou depois da descolonização. Como afirma Elsa Peralta, os discursos produzidos no contexto

da exposição de 1998 podem ser inseridos numa “vulgata luso-tropical” que se afirmou com facilidade no Portugal pós-colonial. Veiculada por iniciativas estatais como a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e “reproduzida por amplos sectores da população” portuguesa, esta vulgata exalta a expansão marítima e “as ideias de contacto humano, grandeza histórica e legado civilizacional”. A “dimensão colonial” da narrativa histórica é assim expurgada, e outras instâncias como “o colonialismo, a escravatura e o tráfico de escravos, as guerras coloniais e a ditadura” são transformadas em “termos perdidos e contextos invisíveis” (Peralta, 2017, p. 59).

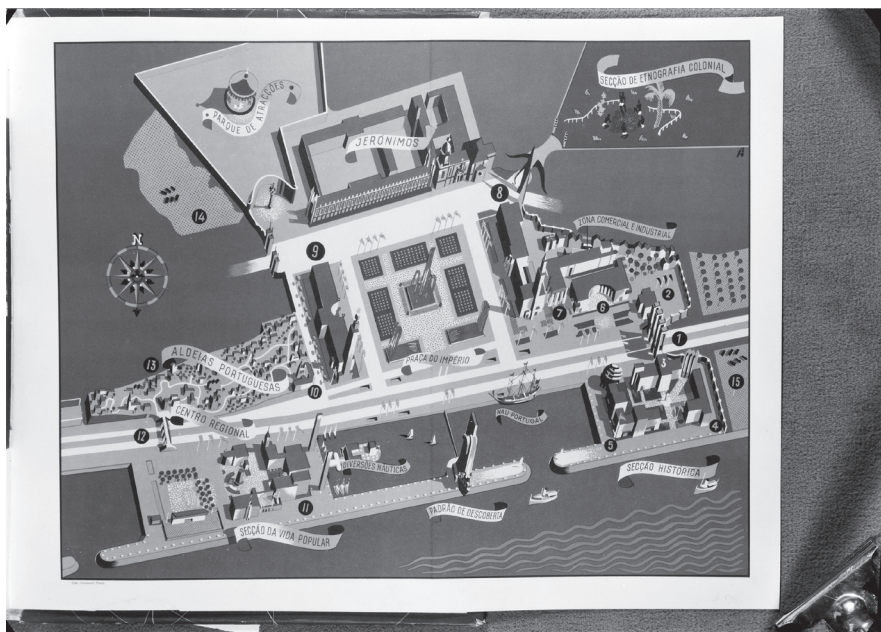


imagem 8

Planta Geral da Exposição do Mundo Português, com a principal toponímia assinalada. Perspetiva de Fred Kradolfer (1940). Fotografia de Mário Novais, 1982. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (CFT003.023751.ic)

Tendo em conta as circunstâncias que rodearam a desagregação do império português, os sucessivos governos têm optado por comemorar os aspetos positivos da chamada “expansão ultramarina”, lançando um olhar de silêncio sobre o lado negativo ou violento do colonialismo português e dos seus legados. Esta tentativa de evitar dissensões na sociedade civil tem-se revelado em grande medida profícua, como o atesta o sucesso interno que a Expo’98 teve. Não deixa, no entanto, de ser uma tentativa questionável face à necessidade que Portugal, à semelhança de outros países, tem de se confrontar com o seu passado colonial.

Bibliografia

Fontes primárias

- 500 anos unidos pelo mesmo espírito (1998, 23 de maio). *Expresso*, Suplemento *Economia e Negócios*.
- Castro, A. (1940). *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Edição da Empresa Nacional de Publicidade.
- Comemorações Centenárias (1940, 25 de junho). *Diário de Notícias*.
- Cruz, R. (1998). Atlântico: Pavilhão Multiusos de Lisboa. In *Pavilhão da Utopia: Exposição Mundial de Lisboa de 1998* (pp.65-66). Lisboa: Parque Expo'98, SA.
- Documentos para a história da Expo'98 (1989-1992)* (1999). Lisboa: Parque das Nações.
- Expo 7 Dias. Os PALOP ao espelho (1998, 6 de junho). *Expresso*.
- Fernandes, J. M. (1998, 21 de maio). Os heróis e a nossa identidade. *Público*.
- Guia da Exposição do Mundo Português* (1940). Lisboa: Tipografia da Empresa Neogravura.
- Guia de Espectáculos – 22 Maio – 23 Junho* (1998). Lisboa: Parque Expo'98.
- Mattoso, J. (1998, 13 de maio). Vasco da Gama: o super-herói. *Público*.
- Moura, V. G. (1998, 30 de setembro). Portugal e a Expo'98. *Diário de Notícias*.
- Oliveira, A. (1998). A Estação do Oriente vista por um engenheiro de estruturas. In *Estação do Oriente. Estación de Oriente. Oriente Station* (pp.13-15). Barcelos: Livros e Livros.
- Pamplona, F. (1940, outubro-dezembro). Uma obra de arte: a Exposição do Mundo Português. *Ocidente* 11.
- Salazar, A. O. (1938). *Oitavo Centenário da Fundação de Portugal e Terceiro da Restauração da Independência*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva da Colónia do Rio de Janeiro.
- Sampaio, J. (1999). *Portugueses*, vol.3. Lisboa: INCM.
- Santos, C. M. (1996). Portugal: New Skies, New Lands, New Peoples. In *Portugal and the Atlantic. Portugal et l'Atlantique* (pp.7-49). Lisboa: Parque Expo'98 SA.
- SOS Racismo contra a Expo (1998, 9 de maio). *Expresso*.
- Thomaz, L. F. (2018, 6 de agosto). Por um Museu dos Descobrimentos. *Observador*. Recuperado de: <https://observador.pt/opiniaio/por-um-museu-dos-descobrimentos/>
- (A) *Última Exposição do Século XX. The Last Exposition of the 20th Century* (1994). Lisboa: Expo'98.

Fontes secundárias

- Acciaiuoli, M. (1998). *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Almeida, M. V. (1998). O regresso do luso-tropicalismo: nostalgias em tempos pós-coloniais. In *Essas outras histórias que há para contar: Colóquio internacional Em tempo de Expo há outras histórias para contar* (pp.236-243). Lisboa: Salamandra.
- Andrade, L. M. O. (2001). *História e memória. A restauração de 1640: do liberalismo às comemorações centenárias de 1940*. Coimbra: Minerva.
- Barradas, A. (1998). Ministros da noite. In *Essas outras histórias que há para contar: Colóquio internacional Em tempo de Expo há outras histórias para contar* (pp.228-234). Lisboa: Salamandra.
- Casaca, F. R. A. (2004). *A peregrinação: o espectáculo da Expo'98 como metáfora do humano* (Tese de mestrado). Universidade de Lisboa.
- João, M. I. (2002). *Memória e império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Machado, A. (2006). *Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo'98*. Lisboa: Parque Expo, 2006.
- Marques, A. P. (1991). *A historiografia dos descobrimentos e expansão portuguesa*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Matos, S. C. (1990). *História, mitologia e imaginário nacional: A história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Matos, S. C. (1998). "A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX". *Separata de Los 98 Ibéricos y el mar, vol.2*. Madrid: Sociedad Estatal Lisboa '98.
- Nora, P. (1984). Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In *Les Lieux de Mémoire*, vol.1 (pp.xv-xlvi). Paris: Gallimard.
- Ó, J. R. (1987). Modernidade e tradição. Algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português. In *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, vol. 2 (pp.177-185). Lisboa: Fragmentos.
- Ó, J. R. (1998). A Exposição do Mundo Português de 40 e a Expo 98. In *Essas outras histórias que há para contar: Colóquio internacional Em tempo de Expo há outras histórias para contar* (pp.246-249). Lisboa: Salamandra.
- Peralta, E. (2017). *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*. Lisboa: Le Monde Diplomatique/ Outro Modo.
- Ramos, R. (1997). *Tristes conquistas: A expansão ultramarina na historiografia contemporânea (c.1840-c.1970)* (Tese de provas de acesso a investigador auxiliar). Universidade de Lisboa.
- Schweizer, S. (2007). „Unserer Weltanschauung sichtbaren Ausdruck geben“: nationsozialistische Geschichtsbilder in historischen Festzügen zum „Tag der Deutschen Kunst“. Göttingen: Wallstein Verlag.
- Velez, J. P. (2008). *Expo'98: História de um território reinventado*. Lisboa: Parque Expo 98 SA.
- Viegas, S. B. L. (2004). *Expo'98: fazer cidade através de um tema* (Tese de mestrado). Universidade Técnica de Lisboa.